

O texto a seguir foi retirado de "Convite à filosofia"¹ (trecho do capítulo 11 - **A questão democrática** - da Unidade 8). Sua autora é Marilena Chauí, professora titular de filosofia da USP e presença atuante no debate político nacional e na construção da democracia brasileira. As reflexões que se seguem, revelam bem o estilo da autora que, filósofa, pergunta para fazer falar o silêncio, ou seja, para ir além das aparências e escreve como quem conversa. Acreditamos que aí estão algumas questões que, nesse processo de preparação para as eleições, podem aguçar nosso olhar para candidatos/as e suas propostas.

A questão democrática

Que significam as eleições? Muito mais do que a mera rotatividade no governo ou a alternância no poder. Simbolizam o essencial da democracia: que o poder não se identifica com os ocupantes do governo, não lhes pertence, mas é sempre um lugar vazio, que os cidadãos, periodicamente, preenchem com um representante, podendo revogar seu mandato se não cumprir o que lhe foi delegado para representar.

As idéias de situação e oposição, maioria e minoria, cujas vontades devem ser respeitadas e garantidas pela lei, vão muito além dessa aparência. Significa que a sociedade não é uma comunidade una e indivisa voltada para o bem comum obtido por consenso, mas ao contrário, que está internamente dividida e que as divisões devem expressar-se publicamente. A democracia é a única forma política que considera o conflito legítimo e legal, permitindo que seja trabalhado politicamente pela sociedade.

As idéias de igualdade e liberdade como direitos civis dos cidadãos vão muito além de sua regulação jurídica formal. Significam que os cidadãos são sujeitos de direitos e que, onde tais direitos não existam nem sejam garantidos, tem-se o direito de lutar por eles e exigí-los. É esse o cerne da democracia.

Um direito difere de uma necessidade ou carência ou de um interesse.

Uma necessidade ou carência é algo particular e específico. Alguém pode ter necessidade de água, outro, de comida. Um grupo social pode ter carência de transportes, outro, de hospitais...

Um interesse também é algo particular e específico. Os interesses dos estudantes brasileiros podem ser diferentes dos estudantes argentinos. Os interesses dos agricultores podem ser diferentes dos comerciantes. Dos bancários, diferentes dos banqueiros. Os dois índios, diferentes dos garimpeiros.

Necessidades ou carências podem ser conflitantes. Suponhamos que, por exemplo, numa região de uma grande cidade, as mulheres trabalhadoras tenham necessidade ou carência de creches para seus filhos e que, na mesma região, um outro grupo social tenha carência de moradia. O governo municipal dispõe de recursos para atender a uma das carências, mas não a ambas, de sorte que resolver uma significará abandonar a outra.

Interesses também podem ser conflitantes. Suponhamos, por exemplo, que interesse a grandes proprietários de terra deixá-las inativas esperando a valorização imobiliária, mas que interesse a trabalhadores rurais sem terra o cultivo de alimentos para sobrevivência; temos aí um conflito de interesses. Suponhamos que interesse aos proprietários de empresas comerciais estabelecer um horário que aumente as vendas, mas que interesse aos comerciantes um outro horário, no qual possam dispor de horas para estudar, cuidar da família e descansar. Temos aqui um outro conflito de interesses.

Um direito, ao contrário de necessidades, carências e interesses, não é particular e específico, mas geral e universal, válido para todos os indivíduos, grupos e classes sociais. Assim, por exemplo, a

carência de água e de comida manifesta algo mais profundo: o direito à vida. A carência de moradia ou de transporte também manifesta algo mais profundo: o direito a boas condições de vida. O interesse dos estudantes, o direito à educação e à informação. O interesse dos sem-terra, o direito ao trabalho. O dos comerciários, o direito a boas condições de trabalho.

Dizemos que uma sociedade - e não um simples regime de governo - é democrático quando, além de eleições, partidos políticos, divisão dos três poderes da república... institui algo mais profundo, que é condição do próprio regime político, ou seja, quando institui direitos.

Periodicamente os brasileiros afirmam que vivemos numa democracia, depois de concluída uma fase de autoritarismo. Por democracia entendem a existência de eleições, de partidos políticos e da divisão republicana dos três poderes, além da liberdade de pensamento e expressão. Por autoritarismo, entendem um regime de governo em que o Estado é ocupado através de um golpe (em geral militar ou com apoio militar), não há eleições, nem partidos políticos, o poder executivo domina o legislativo e o judiciário, há censura do pensamento e da expressão e prisão (por vezes com tortura e morte) dos inimigos políticos. Em suma, democracia e autoritarismo são vistos como algo que se realiza na esfera do Estado e este é identificado com o modo de governo.

Esta visão é cega para algo profundo na sociedade brasileira: o autoritarismo social. Nossa sociedade é autoritária porque é hierárquica, pois divide as pessoas, em qualquer circunstância, em inferiores, que devem obedecer, e superiores, que devem mandar. Não há percepção nem prática da igualdade como direito. Nossa sociedade também é autoritária porque é violenta: nela vigoram racismo, machismo, discriminação religiosa e de classe social, desigualdades econômicas das maiores do mundo, exclusões culturais e políticas. Não há percepção nem prática do direito à liberdade.

O autoritarismo social e as desigualdades econômicas fazem com que a sociedade brasileira esteja polarizada entre as carências das camadas populares e os interesses das classes abastadas e dominante, sem conseguir ultrapassar carências e interesses e alcançar a esfera dos direitos. Os interesses, porque não se transformam em direitos, tornam-se privilégio de alguns, de sorte que a polarização social se efetua entre os despossuídos (os carentes) e os privilegiados...

Como vimos, uma carência é sempre específica, sem conseguir generalizar-se num interesse comum nem universalizar-se num direito. Um privilégio, por definição, é sempre particular, não podendo generalizar-se num interesse comum nem universalizar-se num direito, pois, se tal ocorresse, deixaria de ser privilégio. Ora, a **democracia é criação e garantia de direitos**. Nossa sociedade, polarizada entre carência e privilégio não consegue ser democrática...

¹ CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2008.

Direitos Humanos na sala de aula

Datas Significativas

Setembro

08 - Dia da Alfabetização
Data que nos faz pensar em outra alfabetização indispensável e urgente: a **alfabetização política**. Lembrando Bertolt Brecht: "O pior analfabeto é o analfabeto político."

16 - Dia Internacional da Paz

17 - Dia da Compreensão Mundial

21 - Dia Nacional de Luta dos Portadores de Deficiência

23 - Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças

"Refletir sobre a formação do sujeito coletivo e suas ações é fundamental para o desenvolvimento da cidadania e estabelecimento de uma sociedade mais justa e participativa."
(Heloisia Cristina de Moraes)

Participe

Chamada definitiva para sua participação no último boletim do ano. Desta vez, serão de autoria de nossos/as parceiros praticamente todas as páginas. Para as centrais, aguardamos as experiências realizadas nas escolas. Para compor a última, depoimentos de colegas sobre o significado de ser integrante do MEDH. Tanto trabalhos quanto depoimentos devem ser enviados até 3 de outubro ou 10 de outubro (se vierem por e-mail).

Apresentação

Bandeiras e carros de som estão nas ruas, candidato/as ocupam o horário gratuito no rádio e na televisão... A campanha eleitoral está em marcha. O DDHH em Sala de Aula, que não perde o bonde da história, trata do tema mais uma vez.

Sala de Aula em Movimento, além das habituais sugestões de atividades, intensifica, através das demais seções, a enumeração de fontes - sites, outras edições deste boletim e outras publicações - que podem contribuir para o processo de preparação para eleições e para a formação política mais ampla. Vale observar que mais uma vez o **calendário** - dia 8, em dupla versão - faz eco com as nossas preocupações e responsabilidades.

O **Para refletir** vem de Marilena Chauí. Militante por uma sociedade efetivamente democrática, ela aponta elementos que devem nortear a análise das propostas daqueles e daquelas que pleiteiam ocupar o executivo e o legislativo municipais pelos próximos quatro anos.

Não é demais repetir: a eleição nos municípios é coisa muito séria. Neles, o nosso cotidiano de brasileiros/as. Neles, nossa participação sistemática para fazer de nosso país um lugar melhor para se viver e ser feliz. Neles, uma cidadania ativa e crítica alargando fronteira. Afinal, como disse Drummond, **"de minha janela vejo o mundo"**. Esse é, pois, um momento especial para faxinar as vidraças e ver com clareza e nitidez horizonte para o qual queremos caminhar, para escolher bens ao/as companheiros/as de viagem.

Cantar com o vizinho "nas manhãs de setembro" é um belo jeito de celebrar a esperança que se renova.

A equipe

TECER A CIDADANIA, CONSTRUIR O COLETIVO, AFIRMAR OS DDHH

Editora: Susana Sacavino
Equipe Responsável:
Vera Maria Candau
Laura Cristina Campello do A. Mello
Cinthia Monteiro de Araujo
Iliana Aida Paulo
Marilena Varejão Guersola
Texto Final: Iliana Aida Paulo

Supervisão Editorial:
Adelia Maria Koff
Composição Gráfica:
Companhia Visual Manteca

Apoio



NOVAMERICA
Programa Direitos Humanos
Educação e Cidadania